

Ascenty Data
Centers e
Telecomunicações
S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes

Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí

Edifício Dahruj Tower

13024-001 - Campinas/SP - Brasil

Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil

Telefone +55 (19) 3198-6000

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e aos Diretores da Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A.

Campinas - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelo efeito do assunto incluído na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva” as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião com ressalva

Conforme nota explicativa 20, em 31 de dezembro de 2019 a Companhia apurou imposto de renda e contribuição social diferidos passivos no montante de R\$ 87.715 mil (R\$ 61.317 mil em 2018) sobre diferenças temporárias os quais não foram reconhecidos nas demonstrações financeiras. Adicionalmente, a Companhia também não reconheceu os ativos fiscais diferidos relativos a proporção de 30% dos prejuízos fiscais para compensação dos passivos fiscais diferidos no montante de R\$ 26.315 mil (R\$ 18.395 mil em 2018) conforme disposto pelo CPC 32 – Tributos sobre o Lucro. Consequentemente, o saldo de tributos diferidos no passivo não circulante está apresentado a menor em R\$ 61.400 mil (R\$ 42.922 mil em 2018), a despesa com imposto de renda e contribuição social diferidos esta apresentada a menor em R\$ 18.478 mil (R\$ 36.058 mil em 2018).

Nossa opinião foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência da auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 08 de abril de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-027612/F



Carlos Humberto Rodrigues da Silva
Contador CRC 1SP217733/O-4

Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2019	2018	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2019	2018
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	22.122	59.998	Fornecedores	17	74.439	106.340
Aplicações financeiras	10	38.121	396.536	Empréstimos e financiamentos	16	4.203	2.981
Contas a receber de clientes	11	188.195	79.553	Passivos de arrendamentos	29	12.894	-
Ativos de contratos de clientes		378	208	Obrigações sociais e trabalhistas		10.024	8.213
Estoques		3.984	2.228	Obrigações tributárias		6.553	12.166
Impostos a recuperar	12	90.182	37.205	Adiantamentos de clientes		2.207	1.190
Despesas antecipadas		8.332	4.317	Receita diferida	22	16.694	4.976
Outras contas a receber		<u>2.338</u>	<u>3.899</u>	Outras contas a pagar	18	<u>24.819</u>	<u>11.513</u>
		<u>353.652</u>	<u>583.944</u>			<u>151.833</u>	<u>147.379</u>
Não circulante				Não circulante			
Contas a receber de clientes	11	1.103	1.103	Empréstimos e financiamentos	16	1.692.458	1.452.930
Contas a receber de partes relacionadas	13	28	289	Passivos de arrendamentos	29	227.418	-
Ativos de contrato de clientes		512	364	Adiantamentos de clientes		17.523	4.274
Despesas antecipadas		4.849	2.814	Provisões para litígios	19	1.040	1.012
Impostos a recuperar	12	26.766	30.784	Receita diferida	22	49.844	14.510
Outras contas a receber		919	243	Outras contas a pagar	18	<u>798</u>	<u>692</u>
Imobilizado	14	2.419.424	1.289.036			<u>1.989.081</u>	<u>1.473.418</u>
Intangível	15	<u>8.995</u>	<u>5.406</u>				
		<u>2.462.596</u>	<u>1.330.039</u>	Patrimônio líquido	21		
				Capital social		1.036.990	683.990
				Adiantamento para futuro aumento de capital		24.651	-
				Prejuízos acumulados		<u>(386.307)</u>	<u>(390.804)</u>
						<u>675.334</u>	<u>293.186</u>
Total do Ativo		<u><u>2.816.248</u></u>	<u><u>1.913.983</u></u>	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		<u><u>2.816.248</u></u>	<u><u>1.913.983</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	2019	2018
Receita de serviços	22	566.688	384.492
Custos dos serviços prestados	23	<u>(364.579)</u>	<u>(258.146)</u>
Lucro bruto		<u>202.109</u>	<u>126.346</u>
Despesas comerciais e de vendas	23	(5.094)	(4.041)
Despesas gerais e administrativas	23	(24.652)	(19.399)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		(4)	(345)
Outras receitas (despesas) operacionais		<u>967</u>	<u>(1.979)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e dos impostos		<u>173.326</u>	<u>100.582</u>
Receitas financeiras	25	315.753	214.759
Despesas financeiras	25	<u>(484.582)</u>	<u>(564.561)</u>
Resultado financeiro, líquido		<u>(168.829)</u>	<u>(349.802)</u>
Resultado antes dos impostos		4.497	(249.220)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	<u>-</u>	<u>(51.299)</u>
Resultado do exercício		<u><u>4.497</u></u>	<u><u>(300.519)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	2019	2018
Resultado do exercício	<u>4.497</u>	<u>(300.519)</u>
Resultado abrangente total	<u>4.497</u>	<u>(300.519)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos ajustados em 1^o janeiro de 2018		<u>567.350</u>	<u>47.400</u>	<u>(90.285)</u>	<u>524.465</u>
Aumento de capital	21	116.640	(47.400)	0	69.240
Resultado do exercício		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(300.519)</u>	<u>(300.519)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018		<u>683.990</u>	<u>-</u>	<u>(390.804)</u>	<u>293.186</u>
Aumento de capital	21	353.000	-	-	353.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	21	-	24.651	-	24.651
Resultado do exercício		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.497</u>	<u>4.497</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019		<u>1.036.990</u>	<u>24.651</u>	<u>(386.307)</u>	<u>675.334</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado do exercício		4.497	(300.519)
Ajustes para reconciliação do resultado do exercício			
Depreciações e amortizações	14 e 15	158.964	100.440
Resultado da baixa de ativo imobilizado e intangível		5.792	3.782
(Ganhos) na alienação dos ativos de serviços gerenciados		-	(22)
Reversão de perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	11	(4)	(345)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	16	66.984	55.995
Juros sobre arrendamentos	26	22.445	-
Amortização dos custos de transação de empréstimos e financiamentos	16	9.602	62.703
Amortização de receita diferida		(19.550)	-
Provisões para litígios	19	28	(4)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	51.299
Variação cambial não realizada, líquida		64.423	147.025
Variações nos ativos circulantes			
(Aumento) em contas a receber de clientes		(108.394)	(44.610)
(Aumento) redução em ativos de contrato		(318)	1.891
Redução (aumento) em contas a receber de partes relacionadas		261	(60)
Redução em impostos a recuperar		39.364	21.045
(Aumento) redução em estoques		(1.756)	529
(Aumento) em despesas antecipadas		(6.050)	(1.016)
Redução (aumento) em outras contas a receber		885	(1.172)
Variações nos passivos circulantes			
(Redução) aumento em fornecedores		(98.709)	79.620
Aumento em obrigações sociais e trabalhistas		1.811	1.521
(Redução) aumento em obrigações tributárias		(5.613)	7.403
Aumento (redução) em adiantamentos de clientes		14.266	(2.095)
Aumento em outras contas a pagar		13.412	3.533
Aumento (redução) aumento em receita diferida		66.602	(2.628)
Juros pagos	16	(105.058)	(71.919)
Fluxo de caixa líquido gerado das atividades operacionais			
		123.884	112.396
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aplicações financeiras		(260.000)	(396.536)
Resgate de aplicações financeiras		618.415	-
Aquisição de imobilizado	14	(1.026.460)	(380.847)
Aquisição de intangíveis	15	(5.161)	(1.283)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos			
		(673.206)	(778.666)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento de capital	17	353.000	69.240
Adiantamento para futuro aumento de capital	17	24.651	-
Captação de empréstimos e financiamentos	16	176.387	2.020.419
Custo de transação relacionados a empréstimos e financiamentos	16	(10.210)	(37.128)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	16	-	(1.342.250)
Pagamento de passivos de arrendamentos	26	(32.382)	-
Fluxo de caixa originado das atividades de financiamentos			
		511.446	710.281
(Redução) aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa			
		(37.876)	44.011
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício			
		59.998	15.987
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício			
		22.122	59.998
(Redução) aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa			
		(37.876)	44.011

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A. (“Companhia”), constituída em 5 de maio de 2011, é uma sociedade anônima por ações de capital fechado, com sede na cidade de Vinhedo, Estado de São Paulo, e tem por objeto social:

- (a) A prestação de soluções referente à disponibilização de espaço físico para guarda e depósito de equipamentos especializados em processamento e armazenagem de dados.
- (b) A prestação de soluções relativos à infraestrutura para armazenagem de equipamentos de processamento e armazenagem de dados.
- (c) A participação como sócia, quotista, acionista ou consorciada em qualquer Companhia sediada no Brasil ou no exterior.
- (d) A prestação de soluções de porta “Internet Protocolo (IP)”.
- (e) A prestação de soluções de telecomunicações utilizando quaisquer meios que possibilitem a oferta de capacidade de transmissão.
- (f) A prestação de soluções de disponibilização e locação de suas redes de telecomunicações bem como a cessão de cabo e fibra ótica.

Estratégias operacionais e financeiras

A Companhia iniciou suas atividades com a construção do primeiro *data center* na cidade de Campinas em 2012, desde então a Companhia tem investido na construção de novos *data centers* e na expansão das unidades já existentes.

No final do exercício de 2019, a Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A. possui 14 *data centers* (8 em 2018) em operação e 6 em construção (6 em 2018), sendo que o resumo da carteira de *data center* em 31 de dezembro de 2019 é a seguinte:

Operacional	Capacidade (Não auditado)	Em construção/ Projetos	Capacidade (Não auditado)
São Paulo 1	7 MVA	Rio de Janeiro 2	12 MVA
São Paulo 2	16 MVA	São Paulo 3	7 MVA
Campinas 1	7 MVA	Vinhedo 2	40 MVA no Campus
Jundiaí 1	18 MVA	Hortolândia 4	2 MVA
Hortolândia 1	12 MVA		
Hortolândia 2	8 MVA		
Hortolândia 3	4 MVA		
Sumaré 1	16 MVA		
Sumaré 2	24 MVA		
Fortaleza 1	12 MVA		
Rio de Janeiro 1	12 MVA		
Paulínia 1	16 MVA		
Vinhedo 1	40 MVA no Campus		
Jundiaí 2	16 MVA		
Total Operacional	208 MVA	Total em construção	61 MVA (*)

(*) O MVA representa a capacidade total de energia de cada *data center* neste momento, o que não exclui possíveis expansões, quando aplicável.

No final de 2019, o portfólio contava com mais de 4.280 km de fibra distribuídos em 28 cidades brasileiras (informações não auditadas). A Companhia espera que mais de 500 km, aproximadamente, sejam construídos em 2020.

Em dezembro de 2019 a Companhia mudou sua sede para a cidade de Vinhedo /SP.

2 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro “*International Financial Reporting Standards (IFRS)*”, emitidas pelo “*International Accounting Standard Board (IASB)*”.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pelas Administração na sua gestão.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras da Companhia no qual o CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos foi aplicado. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa 5.

Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi autorizada pela Administração em 08 de abril de 2020. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas no nota explicativa 7.

3 Moedas funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia de acordo com as normas descritas no Pronunciamento Técnico Contabil CPC 02 – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e na Conversão de Demonstrações Financeiras. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo exceto quando indicado de outra forma.

Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, em moeda estrangeira, no encerramento do exercício, e a conversão inicial dos valores das transações, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais.

4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC e IFRS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras está incluída na seguinte nota explicativa:

- **Nota explicativa nº 26** – prazo do arrendamento e opção de exercer ou não o prazo de prorrogação dos contratos.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas de premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 11** – mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada e da classificação de risco de perda;
- **Nota explicativa nº 19** – reconhecimento e mensuração de provisão para litígios: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude de saída da recursos; e
- **Nota explicativa nº 20** – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre a mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 7.

5 Mudanças nas principais políticas contábeis

5.1 CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos

A Companhia adotou o CPC 06(R2)/IFRS 16 - Arrendamentos, a partir de 1º de janeiro de 2019, que introduz um único modelo de arrendamento, substituindo o conceito de classificação entre arrendamento mercantil operacional e financeiro. O principal objetivo é definir se existe um arrendamento nos contratos ou se o contrato é uma prestação de serviço. Após esta definição, se um contrato contiver um arrendamento, deverá ser contabilizado no ativo, a ser depreciado e no passivo com apropriação de encargos financeiros. O arrendamento está presente em um contrato se o contrato incluir ambas as condições a seguir:

- Um ativo identificável especificado explicitamente ou implicitamente. Neste caso, o fornecedor não tem a prática de substituir o ativo, ou a substituição não traria nenhum benefício econômico para o fornecedor.
- O direito de controle do uso do ativo durante o contrato. Neste caso, a Companhia deve ter autoridade para tomada de decisões sobre o uso do ativo e capacidade de obter substancialmente todos os benefícios econômicos pelo uso do ativo. O CPC 06(R2) / IFRS 16 inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários que foram aplicadas pela Companhia e suas controladas na adoção inicial em 1º de janeiro de 2019: arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, ou seja, com vigência de até 12 meses.

A Companhia optou pela abordagem de transição retrospectiva modificada simplificada, sem realização de reapresentações dos períodos comparativos, adotando os seguintes critérios de reconhecimento e mensuração inicial dos ativos e passivos:

- Reconhecimento de passivo de arrendamento mercantil na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do passivo de arrendamento mercantil foi realizada ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado a partir das taxas de juros incrementais de empréstimo.
- Reconhecimento de ativo de direito de uso na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do ativo de direito de uso ao valor equivalente ao passivo de arrendamento mercantil, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou

acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial.

Como arrendatário

Como arrendatário, a Companhia arrenda imóveis e anteriormente classificava os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base na avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes ao ativo a Companhia. De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos para seus contratos – ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em preço individual.

Arrendamentos classificados como arrendamento operacional conforme CPC 06(R1)/IAS17

Anteriormente, a Companhia classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17. Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamentos foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimos incremental da Companhia em 1º de janeiro de 2019 (veja nota explicativa 26).

Os ativos de direito de uso são mensurados por um valor igual ao passivo de arrendamento antecipado ou acumulados. A Companhia aplicou essa abordagem a todos os arrendamentos.

A Companhia testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável.

A Companhia utilizou vários expedientes práticos ao aplicar o CPC 06(R2)/IFRS 16 a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC06 (R1)/IAS 17, em particular:

- não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data de aplicação inicial;
- não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI);
- excluiu os custos diretos iniciais na mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e
- utilizou retrospectivamente ao determinar o prazo de arrendamento.

Como arrendador

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes.

Quando a Grupo atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, a Companhia faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, o Grupo considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Quando a Companhia é um arrendador intermediário, ele contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ela avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento de curto prazo que a Companhia, como arrendatária, contabiliza aplicando a isenção descrita acima, ele classifica o subarrendamento como um arrendamento operacional.

Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, o Grupo aplicará o CPC 47/IFRS 15 para alocar a contraprestação no contrato.

A Companhia aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48/IFRS 9 ao investimento líquido no arrendamento. A Companhia também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento.

A Companhia reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de 'outras receitas'.

De forma geral, as políticas contábeis aplicáveis a Companhia como arrendador no período comparativo não foram diferentes do CPC 06(R2)/IFRS 16.

Impactos na transição

Na transição para o CPC 06(R2)/IFRS 16, a Companhia reconheceu ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos. O impacto da transição está resumido abaixo:

<i>Em milhares de reais</i>	1º de janeiro de 2019
Ativo de direito de uso – ativo imobilizado	227.520
Passivo de arrendamento	(227.520)

Ao mensurar os passivos de arrendamento para arrendamentos classificados como operacionais, a Companhia descontou os pagamentos de arrendamento utilizando sua taxa incremental sobre empréstimo em 1º de janeiro de 2019. A taxa média ponderada aplicada é de 10,44%.

Em milhares de reais

1º de janeiro de 2019

Contratos de arrendamento operacional em 31 de dezembro de 2018	440.776
Passivos de arrendamento reconhecidos em 1º de janeiro de 2019	227.520

Para impacto do CPC 06(R2)/IFRS 16 no resultado do período, consulte nota explicativa 14 e 26.

5.2 ICPC 22 / IFRIC 23 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

O ICPC 22 / IFRIC 23 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incertezas no tratamento de tributos sobre o lucro, ou seja, há dúvidas sobre aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32/IAS 12.

Se a Companhia concluir que não é provável que um tratamento tributário específico seja aceito, a Companhia deve usar estimativas (valor mais provável ou valor esperado) para determinar o tratamento tributário (lucro tributável, bases tributárias, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não usados) taxas de imposto e assim por diante. A decisão deve basear-se em qual método fornece melhores previsões da resolução da incerteza.

Na avaliação da administração da Companhia, não foram identificados impactos significativos em decorrência da adoção do ICPC 22 (IFRIC 23), uma vez que os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão suportados pela legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

7 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário pela não comparabilidade no balanço patrimonial e na demonstração de resultados resultante da mudança de política contábil, sem adoção retrospectiva, pela aplicação inicial do CPC 06(R2)/IFRS 16 - Arrendamentos.

a. Reconhecimento de Receita

Os contratos de arrendamento mercantil em que a Companhia não transfere substancialmente os riscos e benefícios da posse do ativo são classificados como arrendamento mercantis operacionais. Para estes contratos, a receita de aluguel é reconhecida em base linear durante o prazo da duração do contrato. As principais modalidades de contrato estão descritas a seguir:

Disponibilização de espaço e infraestrutura (“Co-location”)

Prestação de serviços referente à disponibilização de espaços com infraestrutura em salas individuais, ou em racks (gabinetes) dentro de *data center*, para que os clientes hospedem seus equipamentos de tecnologia da informação e telecomunicações. Por tratar-se de uma locação referente à disponibilização de espaço, a receita oriunda de *co-location* é reconhecida e registrada mensalmente, conforme período de competência. Os valores são fixados através de contratos de prestação de serviços em bases mensais.

Serviços de telecomunicações e locação de infraestrutura de fibra apagada (“Dark fiber”)

As receitas incluem a contratação de capacidade de transmissão fixa e por meio de fibra óptica. O valor da receita mensal se dá com base na capacidade negociada através do contrato. Os faturamentos são emitidos e reconhecidos de acordo com a data de aceite das soluções de negócio. O primeiro faturamento é calculado em base *pro rata die*. A receita é reconhecida no momento em que os projetos são prestados.

A Companhia também reconhece receita oriunda de taxas de instalação para todas as modalidades de contrato citadas acima. Os valores variam de acordo com a instalação e acordo específico com cada cliente. A receita é calculada em conjunto com a análise de viabilidade da proposta comercial e é cobrada no início do contrato, em parcela única de forma que cubra todos os custos do processo de instalação e conexão à rede da Companhia. A Companhia reconhece esta parcela única como uma receita diferida e a amortização da receita de instalação está vinculada ao prazo de contrato de cada cliente e modalidade do contrato.

b. Arrendamentos

A Companhia aplicou o CPC 06(R2)/IFRS 16 conforme descrito na nota 5.1.

c. Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões para perda nos estoques são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas ou despesas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" nas demonstrações do resultado.

e. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável.

f. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico

seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

g. Impostos

Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou pelo montante a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos é reconhecido com relação as diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são deduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base na alíquota que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira a qual a Companhia esperar recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

Em razão do histórico de geração de prejuízos fiscais nos últimos exercícios, das recentes reorganizações societárias da Companhia que devem gerar ainda mais benefícios tributários nos próximos exercícios, e a impossibilidade de projetarmos com segurança a geração de lucros tributáveis futuros que sustentassem o reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, a Companhia reverteu para o resultado do exercício de 2018 os saldos de tributos diferidos sobre diferenças temporárias então registrados e não reconheceu créditos tributários sobre os prejuízos fiscais. A Companhia revisará essa estimativa tão logo tenha uma avaliação segura da geração de lucros tributários futuros para que possa reconhecer os tributos diferidos ativos.

A Companhia deixou de reconhecer imposto de renda e contribuição social diferidos passivos sobre os quais não foram julgados relevantes no contexto dessas demonstrações financeiras.

Impostos sobre serviços e vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; ou
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
COFINS - Contribuição para seguridade social - cumulativa	3,00%
COFINS - Contribuição para seguridade social - não cumulativa	7,60%
PIS - Programa de integração social – cumulativa	0,65%
PIS - Programa de integração social - não cumulativa	1,65%
ISSQN - Imposto sobre serviços de qualquer natureza	3,00% à 5,00%

h. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos.

i. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida ou instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um

determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos Financeiros – Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos Financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos Financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

j. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes (incluindo recebíveis de arrendamentos) e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa.

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;

- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação.

A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Ativos financeiros não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques e ativos contratuais) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta

UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Companhia não identificou indicadores relativos a não recuperabilidade de ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e portanto nenhum teste específico relacionado a recuperabilidade dos ativos foi necessário.

k. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

Provisões para litígios

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos de naturezas tributária, cível e trabalhista. Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

l. Custo dos empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. À medida que a Companhia toma recursos emprestados sem destinação específica e os utiliza com o propósito de obter ativo qualificável, a Companhia determina o montante dos custos dos empréstimos elegíveis à capitalização, aplicando uma taxa de capitalização aos gastos com o ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que

são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

A Companhia possui ativos em construção e os custos incorridos até 31 de dezembro de 2019 totalizaram R\$ 188.558 (R\$ 234.115 em 31 de dezembro de 2018). Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão incluídos nestes montantes os de custos de empréstimos de R\$ 38.362 e R\$ 8.049, respectivamente.

8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de normas serão efetivas para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação dessas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8).

9 Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Caixa e bancos	6.881	459
Aplicações financeiras	<u>15.241</u>	<u>59.539</u>
Total	<u><u>22.122</u></u>	<u><u>59.998</u></u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata, tem como contraparte de instituições financeiras nacionais, cuja taxa de rendimento corresponde a aproximadamente 100% da CDB (100% da CDB em 2018). Todas as aplicações financeiras são prontamente resgatáveis e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

10 Aplicações financeiras

São investimentos em fundos cambiais e fixos que tem como contraparte instituições financeiras nacionais, cuja as taxas de rendimento corresponderam de 6,56% (3,04% a 3,17% em 2018). Esses investimentos não atendem as características de caixa e equivalentes de caixa conforme definido pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo mantido como investimentos em aplicações financeiras é de R\$ 38.121 (R\$ 396.536 em 2018).

11 Contas a receber de clientes

	2019	2018
Contas a receber de clientes	189.290	80.923
Contas a receber internacionais	627	420
(-) Provisão para perdas por valor recuperável	<u>(619)</u>	<u>(687)</u>
Total	<u>189.298</u>	<u>80.656</u>
Total circulante	188.195	79.553
Total não circulante	<u>1.103</u>	<u>1.103</u>
Total	<u>189.298</u>	<u>80.656</u>

Os saldos a receber de clientes são registrados pelo valor líquido e não auferem juros. Os valores a receber de cliente estão reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. A provisão por perda ao valor recuperável foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	2019	2018
A vencer	146.646	60.490
Vencidos:		
De 1 a 30	29.108	5.050
De 31 a 60	5.624	12.987
De 61 a 90	4.715	138
De 91 a 120	682	56
De 121 a 180	330	258
De 181 a 360	492	829
Acima de 360 dias	<u>2.409</u>	<u>1.536</u>
	<u>43.271</u>	<u>20.854</u>
Total	<u>189.917</u>	<u>81.344</u>

As movimentações da provisão para perda ao valor recuperável está demonstrada a seguir:

	2019	2018
Saldo inicial	(687)	(684)
Adições	(4)	(399)
Baixas	<u>72</u>	<u>402</u>
Saldo final	<u>(619)</u>	<u>(687)</u>

12 Impostos a recuperar

	2019	2018
COFINS (i)	88.619	49.728
PIS (i)	19.402	10.882
Imposto de renda retido na fonte	6.490	3.990
Imposto de renda antecipado	1.196	1.292
Contribuição social antecipada	440	644
Outros	801	1.453
	<u>116.948</u>	<u>67.989</u>
Total	<u>116.948</u>	<u>67.989</u>
Circulante	90.182	37.205
Não circulante	26.766	30.784
	<u>116.948</u>	<u>67.989</u>
Total	<u>116.948</u>	<u>67.989</u>

- (i) Refere-se substancialmente a créditos de PIS e COFINS sobre compra de ativo imobilizado. No exercício de 2019, a Companhia acumulou créditos de PIS e COFINS no valor de R\$ 88.323 oriundos de compras de ativo imobilizado e estoque. Neste mesmo exercício, o montante de R\$ 76.162 foi consumido com os impostos a recolher gerados pela Companhia.

A segregação entre ativo circulante e não circulante está embasada nas projeções financeiras da Companhia e a utilização do crédito se dará através da apuração mensal dos impostos.

13 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, relativas às operações com partes relacionadas decorrem de transações da Companhia com suas partes relacionadas, as quais foram realizadas em condições definidas por elas, não influenciando os resultados do exercício conforme apresentação abaixo:

Ativo não circulante	2019	2018
<i>Contas a receber de partes relacionadas</i>		
Ascenty Chile SPA	28	277
Ascenty Participações S.A.	-	12
	<u>28</u>	<u>289</u>
	<u>28</u>	<u>289</u>

A controladora final da Companhia é a Ascenty Participações S.A.

Remuneração do pessoal chave da Administração

A Companhia não possui benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo. Os montantes pagos aos Administradores a título de pró-labore em 2019 foram R\$ 4.203 e encargos decorrentes em R\$ 868 (R\$ 3.997 e encargos decorrentes em R\$ 740 em 2018).

De acordo com a legislação societária brasileira e com o estatuto social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas fixar e aprovar em Assembleia o montante global da remuneração anual dos Administradores.

14 Imobilizado

a. Composição dos saldos

	2019			2018
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Obras civis em imóveis de terceiros	312.944	(34.130)	278.814	139.166
Sistema de climatização elétrico/segurança	1.632.788	(253.738)	1.379.050	668.107
Projetos comissionamento	50.980	(19.944)	31.036	17.781
Equipamentos de <i>cloud/hosting</i>	5.358	(2.036)	3.322	1.528
Instalações em clientes	46.305	(12.280)	34.025	10.499
Subestações	86.314	(10.716)	75.598	46.264
Instalações e conectividades	16.825	(7.109)	9.716	3.957
Imobilizado em formação	13.125	-	13.125	6.778
Obras em andamento em imóveis de terceiros	188.558	-	188.558	234.115
Adiantamentos a fornecedores	18.636	-	18.636	63.778
Outros imobilizados operacionais	21.845	(6.747)	15.098	7.031
Rede externa – Telecom	154.106	(26.095)	128.011	77.069
Rede interna – Telecom	6.273	(6.411)	(138)	(515)
Infraestrutura de operações – Telecom	29.095	(19.823)	9.272	10.258
Imobilizado em poder de terceiros	10.962	(7.065)	3.897	3.220
Ativo de direito de uso (i)	250.250	(18.846)	231.404	-
	<u>2.844.364</u>	<u>(424.940)</u>	<u>2.419.424</u>	<u>1.289.036</u>

- (i) Ativo de direito de uso é substancialmente relativo a arrendamentos de prédios e galpões onde são instalados os *data centers*.

	2018			2017
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Obras civis em imóveis de terceiros	161.463	(22.297)	139.166	118.570
Sistema de climatização elétrico/segurança	829.556	(161.449)	668.107	711.434
Projetos comissionamento	31.040	(13.259)	17.781	21.595
Equipamentos de <i>cloud/hosting</i>	2.960	(1.432)	1.528	542
Instalações em clientes	18.059	(7.560)	10.499	9.599
Subestações	53.534	(7.270)	46.264	33.585
Instalações e conectividades	9.297	(5.340)	3.957	4.060
Imobilizado em formação	6.778	-	6.778	3.698
Obras em andamento em imóveis de terceiros	234.115	-	234.115	15.855
Adiantamentos a fornecedores	63.778	-	63.778	0
Outros imobilizados operacionais	12.395	(5.364)	7.031	7.164
Rede externa – Telecom	94.929	(17.860)	77.069	62.979
Rede interna – Telecom	6.164	(6.679)	(515)	2.302
Infraestrutura de operações – Telecom	26.503	(16.245)	10.258	11.974
Imobilizado em poder de terceiros	9.053	(5.833)	3.220	3.362
	<u>1.559.624</u>	<u>(270.588)</u>	<u>1.289.036</u>	<u>1.066.719</u>

b. Movimentação do custo

	Saldo em 31/12/2018	Adoção inicial CPC 06(R2)/IFRS 16	Adições	Baixas	Créditos PIS/ COFINS	Transferência	Saldo em 31/12/2019
Obras civis em imóveis de terceiros	161.463	-	103.492	(51)	(8.129)	56.170	312.944
Sistema de climatização elétrico/segurança	829.556	-	561.396	(1.145)	(59.373)	302.354	1.632.788
Projetos comissionamento	31.040	-	19.190	(1.163)	-	1.913	50.980
Equipamentos de <i>cloud/hosting</i>	2.960	-	2.515	-	(117)	-	5.358
Instalações em clientes	18.059	-	30.467	-	(2.221)	-	46.305
Subestações	53.534	-	35.293	(2.927)	(2.455)	2.869	86.314
Instalações e conectividades	9.297	-	7.619	(17)	(74)	-	16.825
Imobilizado em formação	6.778	-	14.841	-	-	(8.494)	13.125
Obras em andamento em imóveis de terceiros	234.115	-	190.341	(449)	(15.954)	(219.495)	188.558
Adiantamentos a fornecedores	63.778	-	109.439	-	-	(154.581)	18.636
Outros imobilizados operacionais	12.395	-	10.082	(849)	-	217	21.845
Rede externa – Telecom	94.929	-	41.939	(554)	-	17.792	154.106
Rede interna – Telecom	6.164	-	920	(1.583)	-	772	6.273
Infraestrutura de operações – Telecom	26.503	-	2.214	(46)	-	424	29.095
Imobilizado em poder de terceiros	9.053	-	1.898	(49)	-	60	10.962
Ativo de direito de uso (i)	-	227.520	22.730	-	-	-	250.250
	<u>1.559.624</u>	<u>227.520</u>	<u>1.154.376</u>	<u>(8.833)</u>	<u>(88.323)</u>	<u>-</u>	<u>2.844.364</u>

- (i) Ativo de direito de uso é substancialmente relativo a arrendamentos de prédios e galpões onde são instalados os *data centers*.

	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Créditos PIS/ COFINS	Transferências	Saldo em 31/12/2018
Obras civis em imóveis de terceiros	131.065	29.835	(38)	(153)	754	161.463
Sistema de climatização elétrico/segurança	808.541	11.379	(903)	(1.845)	12.384	829.556
Projetos comissionamento	29.630	990	-	-	420	31.040
Equipamentos de <i>cloud/hosting</i>	1.540	1.523	-	(103)	-	2.960
Instalações em clientes	14.798	3.585	-	(324)	-	18.059
Subestações	37.615	160	-	(42)	15.801	53.534
Instalações e conectividades	8.233	1.159	-	(95)	-	9.297
Imobilizado em formação	3.698	6.130	(20)	-	(3.030)	6.778
Obras em andamento em imóveis de terceiros	15.855	268.085	-	(20.021)	(29.804)	234.115
Adiantamentos a fornecedores	-	63.778	-	-	-	63.778
Outros imobilizados operacionais	11.222	1.482	(309)	-	-	12.395
Rede externa – Telecom	77.275	16.046	(789)	-	2.397	94.929
Rede interna – Telecom	8.566	923	(3.542)	-	217	6.164
Infraestrutura de operações – Telecom	24.323	1.621	(87)	-	646	26.503
Imobilizado em poder de terceiros	7.852	1.035	(49)	-	215	9.053
	<u>1.180.213</u>	<u>407.731</u>	<u>(5.737)</u>	<u>(22.583)</u>	<u>-</u>	<u>1.559.624</u>

c. Movimentação da depreciação

	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2019
Obras civis em imóveis de terceiros	(22.297)	(11.845)	12	(34.130)
Sistema de climatização elétrico/segurança	(161.449)	(92.604)	315	(253.738)
Projetos comissionamento	(13.259)	(6.696)	11	(19.944)
Equipamentos de <i>cloud/hosting</i>	(1.432)	(604)	-	(2.036)
Instalações em clientes	(7.560)	(4.720)	-	(12.280)
Subestações	(7.270)	(4.247)	801	(10.716)
Instalações e conectividades	(5.340)	(1.775)	6	(7.109)
Outros imobilizados operacionais	(5.364)	(1.623)	240	(6.747)
Rede externa – Telecom	(17.860)	(8.235)	(-)	(26.095)
Rede interna – Telecom	(6.679)	(1.348)	1.616	(6.411)
Infraestrutura de operações – Telecom	(16.245)	(3.610)	32	(19.823)
Imobilizado em poder de terceiros	(5.833)	(1.277)	45	(7.065)
Ativo de direito de uso (i)	-	(18.846)	-	(18.846)
	<u>(270.588)</u>	<u>(157.430)</u>	<u>3.078</u>	<u>(424.940)</u>

- (i) Ativo de direito de uso é substancialmente relativo a arrendamentos de prédios e galpões onde são instalados os *data centers*.

	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2018
Obras civis em imóveis de terceiros	(12.495)	(9.803)	1	(22.297)
Sistema de climatização elétrico/segurança	(97.107)	(64.615)	273	(161.449)
Projetos comissionamento	(8.035)	(5.224)	-	(13.259)
Equipamentos de <i>cloud/hosting</i>	(998)	(434)	-	(1.432)
Instalações em clientes	(5.199)	(2.361)	-	(7.560)
Subestações	(4.030)	(3.240)	-	(7.270)
Instalações e conectividades	(4.173)	(1.167)	-	(5.340)
Outros imobilizados operacionais	(4.058)	(1.351)	45	(5.364)
Rede externa – Telecom	(14.296)	(3.785)	221	(17.860)
Rede interna – Telecom	(6.264)	(1.826)	1.411	(6.679)
Infraestrutura de operações – Telecom	(12.349)	(3.951)	55	(16.245)
Imobilizado em poder de terceiros	(4.490)	(1.383)	40	(5.833)
	<u>(173.494)</u>	<u>(99.140)</u>	<u>2.046</u>	<u>(270.588)</u>

Em 31 de dezembro de 2019, os saldos apresentados em obras em andamento referem-se à construção de novas unidades como Vinhedo 2, Rio de Janeiro 2, São Paulo 3, além da ampliação das unidades de Jundiaí 2, Osasco 2/3, Rio de Janeiro e Vinhedo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia capitalizou custos de empréstimo diretamente relacionados com a construção das obras no montante líquido de R\$ 38.362 (R\$ 8.049 em 31 de dezembro de 2018). A taxa média utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo elegíveis de capitalização foi de 6,84% a.a. (6,34% a.a. em 2018), que representa a taxa efetiva de juros dos empréstimos no período.

A Companhia não possui ativos imobilizados cedidos como garantia de suas transações de empréstimos e financiamentos e na defesa de processos judiciais.

Reconciliação entre a movimentação do ativo imobilizado e fluxos de caixa de investimentos

	2019	2018
Adições	1.154.357	407.731
(-) Fornecedores a pagar de ativo fixo	(66.805)	-
(-) Custos de obtenção dos contratos	-	(17.255)
(-) Ativo de direito de uso	(22.730)	-
(-) Juros capitalizados	(38.362)	(9.160)
(-) Outros	-	(469)
Total	<u>1.026.460</u>	<u>380.847</u>

15 Intangível

	Marcas e patentes	Software / licença	Software em desenvolvimento	Licença Operacional Anatel	Total
Custo do intangível					
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.271	6.168	145	9	8.593
Adições	1	1.256	26	-	1.283
Alienações/Baixas	-	(114)	-	-	(114)
Transferências	-	167	(167)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.272	7.477	4	9	9.762
Adições	9	3.075	2.077	-	5.161
Alienações/Baixas	-	-	(40)	-	(40)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.281	10.552	2.041	9	14.884
Amortização acumulada					
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	(4.004)	-	-	(4.004)
Adições	-	(1.372)	-	-	(1.372)
Alienações/Baixas	-	1.020	-	-	1.020
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	(4.356)	-	-	(4.356)
Adições	-	(1.534)	-	-	(1.534)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	(5.890)	-	-	(5.890)
Saldo 2019	2.281	4.663	2.041	9	8.995
Saldo 2018	2.272	3.121	4	9	5.406

16 Empréstimos e financiamentos

Instituição financeira	Vencimento	Taxa	2019	2018
ING Capital LLC	20/12/2023	Libor 3M + 4,25% a.a.	183.230	161.849
Citibank NA	20/12/2023	Libor 3M + 4,25% a.a.	183.230	161.849
Natixis – New York Branch	20/12/2023	Libor 3M + 4,25% a.a.	183.230	161.849
Itaú BBA International PLC	20/12/2023	Libor 3M + 4,25% a.a.	153.357	131.568
Banco do Brasil S.A. – London Branch	20/12/2023	Libor 3M + 4,25% a.a.	153.357	131.568
Sumitomo Mitsui Bking.Corp	20/12/2023	Libor 3M + 4,25% a.a.	153.357	131.568
Kenton Investments S.A.R.L	20/12/2023	Libor 3M + 4,25% a.a.	123.380	111.989
Credite Agricole S.A.	20/12/2023	Libor 3M + 4,25% a.a.	120.495	103.374
BNP Paribas	20/12/2023	Libor 3M + 4,25% a.a.	120.495	103.374
The Bank of Nova Scotia	20/12/2023	Libor 3M + 4,25% a.a.	120.495	103.374
Deutsche Bank – New York	20/12/2023	Libor 3M + 4,25% a.a.	60.248	51.687
Deutsche Bank - AG	20/12/2023	Libor 3M + 4,25% a.a.	60.248	51.687
CDPQ Revenu Fixe Inc.	20/12/2023	Libor 3M + 4,25% a.a.	58.842	50.904
Export Development	20/12/2023	Libor 3M + 4,25% a.a.	23.920	-
Custo de emissão			(1.223)	(729)
Total no passivo circulante e não circulante			1.696.661	1.455.911

A movimentação dos empréstimos e financiamentos no período é:

	2019	2018
Saldo Inicial	<u>1.455.911</u>	<u>611.873</u>
Captações	176.387	2.020.419
Pagamento de principal	-	(1.342.250)
Variação cambial	64.683	147.058
Juros provisionados (i)	66.984	55.995
Juros capitalizados	38.362	9.160
Pagamento de juros	(105.058)	(71.919)
Amortização dos custos de transação	9.602	62.703
Custo de emissão	<u>(10.210)</u>	<u>(37.128)</u>
Total	<u>1.696.661</u>	<u>1.455.911</u>
Circulante	4.203	2.981
Não circulante	<u>1.692.458</u>	<u>1.452.930</u>
Total	<u>1.696.661</u>	<u>1.455.911</u>

Em 8 de janeiro de 2018, a Companhia assinou um contrato de Alteração e Reformulação de Crédito, que elevou os recursos de US\$ 190.000.000 para US\$ 350.000.000 (equivalente a R\$ 1.342.250). Este contrato foi integralmente liquidado pela Companhia em 20 de dezembro de 2018.

Em 20 de dezembro de 2018, a Companhia assinou um novo contrato no total de US\$ 375.119.000 (equivalente a R\$ 1.438.583) com novas cláusulas restritivas (*covenants*) a serem cumpridas pela Companhia.

Em 8 de agosto de 2019 através do DDTL (Delayed Draw Term Loan), a Companhia captou um montante de US\$ 45.000.000 (equivalente a R\$ 176.387, para o qual, as cláusulas restritivas (*covenants*) continuam as mesmas, conforme demonstrado a seguir.

O valor principal vence em 5 anos com carência de 24 meses, sendo a última em dezembro de 2023. Os pagamentos são feitos trimestralmente em 4 parcelas de 5% do principal a partir de março de 2021, 7 parcelas de 6,25% do principal em março de 2022 e uma parcela final de 36% do principal a ser paga em dezembro de 2023.

Cláusulas restritivas (*covenants*)

Os contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia possuem cláusulas restritivas financeiras e não financeiras, os quais incluem:

Convenants não financeiros

Existência corporativa; Inspeção e Registros Contábeis:

- (a) Os devedores do Grupo, no contexto do contrato de empréstimo, devem assegurar a preservação e manutenção legal das entidades do grupo, obter e manter suas aprovações governamentais, direitos e licenças necessárias para suas existências corporativas.
- (b) Os devedores do Grupo, devem contratar auditores independentes internacionalmente reconhecidos e manter um sistema de contabilidade, cujas transações sejam reconhecidas de acordo com o GAAP (práticas contábeis geralmente aceitas nos Estados Unidos da América).
- (c) Os devedores do Grupo, não devem aditivar, modificar ou alterar a sua estrutura organizacional ou conduzir quaisquer reorganizações societárias que pudessem não ser aprovadas pelas autoridades competentes.
- (d) Converter o tipo de sociedade da controladora no Brasil para sociedade por ações de capital fechado desde que os custos dessa conversão sejam assumidos pelos devedores do contrato de empréstimo e aditive o contrato de empréstimo para refletir essa alteração societária.
- (e) O novo investidor da *joint venture* nos Estados Unidos, constituída em nível acima da estrutura organizacional do grupo no Brasil, deverá deter direta ou indiretamente, até o segundo aniversário da data de aquisição desta Companhia, não menos que 75% dos direitos de votos de cada credor que a Controladora possuía, ou seja a maioria do poder de voto de cada credor.

Conformidade com as leis aplicáveis; Impostos e Seguros

- (a) Cumprir com os requerimentos de sua estrutura organizacional, exceto na extensão em que quaisquer não cumprimento não resultem em um efeito material adverso.
- (b) Tempestividade no envio da declaração de imposto de renda e pagamentos dos seus impostos.
- (c) Manter suas propriedades usadas na condução dos seus negócios em boas condições, exceto se seus impactos não forem considerados efeitos materiais adversos.

Aprovações governamentais

- (a) Manter suas aprovações governamentais em dia, incluindo ROF(s) necessários para autorização, execução e entrega de documentos de crédito os quais a Companhia possa ser parte.
- (b) Manter as obrigações de pagamentos às autoridades governamentais em dia; exceto se essa falha não resulta em um efeito material adverso.

Requerimentos de relatórios contábeis e financeiros

- (a) A Companhia deverá apresentar ao agente administrativo dentro de um prazo de 120 dias, para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 e 90 dias para os exercícios a findarem-se a partir de 31 de dezembro de 2019, suas demonstrações financeiras auditadas, preparadas em US-GAAP, em inglês, sem modificação de opinião que resultem na incapacidade dos devedores continuarem operando e que possam resultar na incapacidade de pagamento da dívida.

- (b) A Companhia deverá também apresentar, dentro de um prazo de 60 dias do encerramento de cada período, demonstrações financeiras trimestrais, não auditadas, preparadas em US-GAAP e traduzidas para o idioma inglês.
- (c) A cada data de entrega das demonstrações financeiras emitir um certificado do CFO da Controladora (ou outro executivo sênior autorizado) fornecendo ao agente administrativo: i) memória de cálculo dos covenants financeiros, e ii) certificar da não existência de eventos de defaults ou no caso da existência sua natureza e período e quais as ações tomadas pelo devedores, ou a proposta de ação dentro dos prazos estabelecidos no contrato.

Ranking; Prioridade

Manter suas obrigações sob esse contrato de dívida em dia e prioritárias e tomar ações tempestivas para que essas obrigações estejam regulares.

Dívida

Não contratar ou incorrer em dívidas adicionais à esses contratos de dívida exceto em condições específicas estabelecidas no contrato.

Garantias

Assegurar que garantias não sejam executadas em favor dos devedores, entre outras exigências com relação às suas garantias (*collaterals e pledges*).

Linha de negócios

Assegurar que nenhum dos devedores tenham uma mudança material em relação à: i) suas linhas de negócios, ii) alteração no seu exercício fiscal ou iii) mudanãs significativas em suas políticas contábeis, exceto quando requeridas pelas práticas contábeis.

Uso dos recursos captados

Os recursos captados originado desse contrato de financiamento devem ser destinados nas condições previstas no contrato.

Baixas de ativos

Nenhum dos devedores deveria vender, transferir, ou alugar quaisquer partes de suas propriedades, exceto quando relacionados ao curso ordinário dos seus negócios.

Transações com investidas

Nenhum dos devedores deveria praticar transações com suas investidas além daquelas expressamente permitidas no contrato.

Convenants financeiros

Dívida bruta sobre índice financeiro de taxa de juros

O índice da dívida bruta denominada “EBITDA”, o qual é calculado em base consolidada do Grupo no Brasil, para o trimestre ou exercício fiscal encerrados nas datas abaixo, não deverá exceder o seguinte:

Período	Índice
31 de dezembro de 2019	6.50:1.00
31 de março de 2020	5.00:1.00
30 de junho de 2020	5.00:1.00
30 de setembro de 2020	5.00:1.00
20 de dezembro de 2020	5.00:1.00
31 de março de 2021	5.00:1.00
30 de junho de 2021	5.00:1.00
30 de setembro de 2021	5.00:1.00
31 de dezembro de 2021	5.00:1.00
31 de março de 2022	5.00:1.00
30 de junho de 2022	5.00:1.00
Anos seguintes	4.00:1.00

O índice de cobertura do serviço da dívida da Companhia, calculado em bases trimestrais e anuais, conforme demonstrações financeiras que serão entregues ao agente administrativo nos períodos a findarem demonstrados abaixo, não deverá ser menor que os seguintes indicadores:

Período	Índice
31 de dezembro de 2019	1.75:1.00
31 de março de 2020	1.25:1.00
30 de junho de 2020	1.25:1.00
Anos seguintes	1.10:1.00

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia cumpriu com os *covenants* estabelecidos nos contratos de empréstimos vigentes.

Garantias

Fica estipulado como garantia de suas operações de empréstimos e financiamentos todos os recebíveis e 100% das ações da Companhia.

17 Fornecedores

	2019	2018
Fornecedores de ativo imobilizado	66.805	103.742
Fornecedores de serviços	<u>7.634</u>	<u>2.598</u>
	<u>74.439</u>	<u>106.340</u>

18 Outras contas a pagar

	2019	2018
Provisão para energia elétrica a pagar	7.164	4.337
Provisão para aluguel de postes a pagar	2.092	3.868
Alugueis e condomínios a pagar	814	767
Provisão de fornecedores de ativo fixo	10.714	-
Outros	<u>4.833</u>	<u>3.233</u>
	<u>25.617</u>	<u>12.205</u>
Circulante	24.819	11.513
Não circulante	<u>798</u>	<u>692</u>
	<u>25.617</u>	<u>12.205</u>

19 Provisão para litígios

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita aos processos judiciais de natureza tributária e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão (é realizada a provisão de 100% dos processos com probabilidade de perdas provável) para demandas judiciais.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de provisões para litígios é de R\$ 1.040 (R\$ 1.012 em 31 de dezembro de 2018), o qual na opinião da Administração, com base na opinião de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas prováveis com o desfecho dos processos em andamento.

	31/12/2018	Provisões	Reversão	31/12/2019
Tributários	613	32	-	645
Trabalhista	399	172	(177)	395
	1.012	172	(177)	1.040
	31/12/2017	Provisões	Reversões	31/12/2018
Tributários	1.016	39	(442)	613
Trabalhista	-	591	(192)	399
	1.016	630	(634)	1.012

Das provisões relacionadas as causas trabalhistas reconhecidas em 31 de dezembro de 2019, 77% se referem a processos de empresas terceirizadas onde a Companhia responde como responsável solidária.

As provisões são efetuadas baseadas nas opiniões de nossos assessores jurídicos.

Processos com risco possível de perda

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos da Companhia como sendo de risco possível de perda, no montante de R\$ 6.479 em 2019 e no ano de 2018 não tivemos causas estimadas como possíveis para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e internacionais não requerem sua contabilização.

20 Imposto de renda e contribuição social

a. Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos

O potencial de reconhecimento de imposto diferido em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 está composto conforme abaixo:

	2019	2018
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	189.992	177.651
<i>Diferenças temporárias ativas:</i>		
Variação cambial	26.893	877
Arrendamentos (CPC 06(R2) / IFRS 16)	3.029	-
Outras diferenças	8.009	4.556
	227.923	183.084
<i>Diferenças temporárias passivas:</i>		
Taxas de depreciação (vida útil)	(65.475)	(45.255)
Juros capitalizados, líquido de depreciação	(19.478)	(10.527)
Custos de obtenção de contratos capitalizados	-	(2.939)
Reconhecimento escalonado da receita de contratos	(2.762)	(2.596)
	(87.715)	(61.317)
Total de tributos diferidos potenciais, líquidos	140.208	121.767
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos	(140.208)	(121.767)
Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos	-	-

b. Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2019	2018
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	4.497	(249.220)
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%
Crédito de imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(1.529)	84.735
Ajustes para cálculo pela alíquota:		
Juros sobre empréstimos (<i>thin cap</i>)	-	(3.543)
Outras adições/exclusões temporárias e permanentes, líquidas	13.870	(5.189)
Total	12.341	76.003
Impostos diferidos sobre créditos tributários não constituídos no exercício	(12.341)	(76.003)
Impostos diferidos ativos de períodos anteriores baixados no exercício	-	(51.299)
	-	(51.299)
Taxa efetiva	0%	21%

21 Patrimônio líquido

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 1.036.989 (R\$ 683.990 em 2018) representados por 1.036.989.477 ações (683.989.477 ações em 2018) no valor de R\$ 1,00 cada, distribuídas como segue:

Acionista	2019	2018
Ascenty Participações S.A	1.036.989.475	683.989.475
Stellar Participações S.A.	<u>2</u>	<u>2</u>
Total	<u>1.036.989.477</u>	<u>683.989.477</u>

No exercício de 2018, a Companhia obteve um aumento de capital social no montante total de R\$ 116.640, decorrente de: i) integralização em dinheiro do montante de R\$ 69.240 em 23 de março de 2018 e ii.) R\$ 47.400 com saldo de adiantamentos para aumento de capital.

Em 20 de dezembro de 2018, a Ascenty Participações S.A., controladora da Companhia, teve 80,26% de suas ações adquiridas pela Stellar Participações S.A., nesta mesma transação as ações do sócio Christopher Torto também foram transferidas para a Stellar Participações S.A.

No exercício de 2019, a Companhia obteve um aumento de capital social no montante total de R\$ 353.000, representados por 353.000.000 ações, decorrente de integralização em dinheiro no montante de R\$ 237.000 em 21 de maio de 2019 e 116.000 em 29 de julho de 2019.

Adicionalmente, a Companhia recebeu como adiantamento para futuro aumento de capital o montante de R\$ 24.651, correspondente a 24.651.000 ações ordinárias, conforme ata de reunião dos acionistas realizada em 17 de dezembro de 2019. Esse montante foi integralmente integralizado em fevereiro de 2020.

22 Receita de serviços

O saldo das receitas em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 está composto conforme abaixo:

	2019	2018
Disponibilização de espaço e infraestrutura (“Co-location”)	516.682	328.366
Serviços de telecomunicações	39.063	41.724
Locação de infraestrutura (“Dark fiber”)	32.093	23.899
Serviços de porta IP	9.081	7.101
Taxa de instalação	10.199	7.053
Serviços gerenciados	2.693	974
Disponibilização de equipamentos de informática	811	488
Capacidade computacional	91	108
Outras receitas	<u>15.977</u>	<u>19.000</u>
Total	<u>626.690</u>	<u>428.713</u>
COFINS	(43.036)	(29.822)
ICMS	(6.385)	(6.525)
PIS	(9.343)	(6.474)
ISS	(759)	(877)
FUST	(320)	(349)
FUNTTTEL	<u>(159)</u>	<u>(174)</u>
	<u>(60.002)</u>	<u>(44.221)</u>
Receita líquida	<u>566.688</u>	<u>384.492</u>

A Companhia reconhece a receita de instalação conforme o prazo de contrato de cada cliente. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía registrada como receita diferida no passivo circulante e não circulante os montantes de R\$ 16.694 e R\$ 49.844 (R\$ 4.976 e R\$ 14.510 em 2018), respectivamente.

A Companhia, suportada por opinião de seus consultores jurídicos externos, não tributa os serviços de *hosting* e *co-location* pelo ICMS, por entender que não fazem parte do campo de incidência deste imposto. Também, não tributa referidos serviços pelo ISSQN, pois tais serviços não estão listados na lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 116/03.

23 Gastos por natureza

	2019	2018
Depreciação e amortização	157.657	100.440
Gastos com energia elétrica	97.277	59.443
Gastos com pessoal	46.586	34.139
Aluguel de postes	16.095	10.909
Manutenção de equipamentos	14.169	10.702
Gastos com honorários administrativos	11.697	10.115
Serviços de terceiros	11.356	6.863
Custo de materiais para revenda	8.364	12.190
Manutenção e licença de <i>software</i>	6.083	4.337
Manutenção de rede	2.908	2.978
Gastos com aluguel	2.596	14.989
Gastos com telecomunicação	2.398	1.858
Gastos com infraestrutura predial	2.300	1.754
Viagens e hospedagens	2.026	804
Despesas de <i>marketing</i>	813	725
Perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber	4	345
Gastos com combustível	1.306	796
Outros	10.694	8.545
	<u>394.329</u>	<u>281.932</u>
Total		
Representado por:		
Custo dos serviços prestados	364.579	258.146
Despesas comerciais e de vendas	5.094	4.041
Perda por redução de valor recuperável de contas a receber	4	345
Despesas gerais e administrativas	24.652	19.399
	<u>394.329</u>	<u>281.932</u>
Total		

24 Outras despesas operacionais

	2019	2018
Doações	17	222
Receita líquida de venda de ativo imobilizado e intangível	(101)	(22)
Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas	(883)	1.779
	<u>(967)</u>	<u>1.979</u>
Total		

25 Despesas e receitas financeiras

	2019	2018
Receitas financeiras		
Variação cambial ativa	302.797	201.465
Rendimento sobre aplicação financeira	12.512	13.162
Descontos obtidos	8	27
Outras receitas financeiras	<u>436</u>	<u>105</u>
Total	<u>315.753</u>	<u>214.759</u>
Despesas financeiras		
Variação cambial passiva	(367.245)	(333.685)
Amortização de custos dos empréstimos	(13.315)	(125.172)
Juros sobre empréstimos e financiamentos, líquido de capitalização de juros	(66.962)	(55.995)
Juros sobre ativo de direito de uso (*)	(21.541)	-
Imposto de renda sobre juros de empréstimos	(14.492)	(17.371)
Multa e juros passivos	(425)	(5.420)
Descontos financeiros concedidos	(578)	(906)
Outras despesas financeiras	<u>(24)</u>	<u>(53)</u>
Total	<u>(484.582)</u>	<u>(564.561)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(168.829)</u>	<u>(349.802)</u>

(*) A Companhia aplicou inicialmente o CPC 06(R2)/IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada. De acordo com essa abordagem, as informações comparativas não são reapresentadas e o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido no saldo de abertura na data da aplicação inicial.

26 Passivos de arrendamento

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possui contratos de aluguéis de imóveis com vencimentos que variam de janeiro de 2020 até dezembro de 2044, atualizados anualmente pelo IGP-M. Os pagamentos mínimos futuros para os arrendamentos contratados, não canceláveis, são como segue:

	31 de dezembro de 2019	1º de janeiro de 2019
Circulante	12.894	10.192
Não circulante	<u>227.418</u>	<u>217.328</u>
Total	<u>240.312</u>	<u>227.520</u>

As movimentações dos saldos de passivos de arrendamentos são apresentados no quadro abaixo:

	2019
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	227.520
Pagamento de arrendamentos	(32.382)
Adições	22.729
Juros apropriados	<u>22.445</u>
31 de dezembro de 2019	<u>240.312</u>

O vencimento dos arrendamentos mercantis em 31 de dezembro de 2019 tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2019
Menos de 1 ano	12.894
Entre 1 e 2 anos	27.015
Entre 2 e 3 anos	41.904
Acima de 5 anos	<u>158.499</u>
31 de dezembro de 2019	<u>240.312</u>

O quadro a seguir demonstra o direito potencial de PIS e COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento em 31 de dezembro de 2019, conforme os períodos previstos para pagamentos:

	Nominal	Ajustado a valor presente
Passivo de arrendamento	467.776	240.312
PIS/COFINS potencial	<u>(42.445)</u>	<u>(21.928)</u>
Total	<u>425.331</u>	<u>218.384</u>

A Companhia estimou taxas de desconto, com base as taxas de juros livres de riscos observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos:

	Taxa % a.a
Até 5 anos	9,97%
Acima de 5 anos	10,98%

27 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis de hierarquia do valor justo.

Ativos financeiros não mensurados a valor justo	Nota	2019 Ativo financeiro a custo amortizado	2018 Ativo financeiro a custo amortizado
Contas a receber de clientes	11	189.298	80.656
Caixa e equivalente de caixa	9	22.122	50.998
Aplicação financeira	10	38.121	396.536
Contas a receber de partes relacionadas		28	289
Despesas antecipadas		13.181	7.131
Outras contas a receber		<u>3.255</u>	<u>4.142</u>
		<u>266.005</u>	<u>539.752</u>

Passivos financeiros não mensurados a valor justo	Nota	2019 Outros passivos financeiros	2018 Outros passivos financeiros
Empréstimos e financiamentos	16	1.696.661	1.455.911
Fornecedores	17	74.439	106.340
Passivos de arrendamentos	29	240.312	-
Adiantamento de clientes		19.730	5.464
Outras contas a pagar	18	<u>25.617</u>	<u>12.205</u>
		<u>2.056.759</u>	<u>1.580.001</u>

A Companhia utilizou os seguintes métodos e premissas para estimar a divulgação do valor justo de seus instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

- **Contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas:** decorrem diretamente das operações da Companhia e seus clientes e são classificados como ativos financeiros a custo amortizado em 31 de dezembro de 2019 e 2018. São registrados pelos seus valores originais e estão sujeitos a provisão para perdas por valor recuperável. Os valores originais líquidos de provisão se assemelham aos valores justos na data de encerramento das demonstrações financeiras.
- **Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:** são apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.
- **Fornecedores:** decorrem diretamente das operações de compra de ativo imobilizado e serviços obtidos da Companhia com seus fornecedores e são classificados como outros passivos financeiros. São registrados pelos seus valores originais que se assemelham aos valores justos na data de encerramento das demonstrações financeiras.
- **Empréstimos e financiamentos:** são classificados como outros passivos financeiros e estão registrados pelos seus valores contratuais.

b. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível.

A classificação de acordo com a hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia mensurados a valor justo é determinada conforme segue:

	2019			2018		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Contas a receber de clientes	-	189.298	-	-	80.656	-
Caixa e equivalentes de caixa	6.881	15.241	-	459	59.539	-
Aplicações financeiras	-	38.121	-	-	396.536	-
Despesas antecipadas	-	13.181	-	-	7.131	-
Contas a receber de partes relacionadas	-	28	-	-	289	-
Outras contas a receber	-	<u>3.255</u>	-	-	<u>4.142</u>	-

	<u>2019</u>			<u>2018</u>		
	6.881	259.184	-	459	548.293	-
Empréstimos e financiamentos	-	1.696.661	-	-	1.455.911	-
Fornecedores	-	74.439	-	-	106.340	-
Adiantamentos de clientes	-	19.730	-	-	5.464	-
Passivos de arrendamentos	-	240.312	-	-	-	-
Outras contas a pagar	-	25.617	-	-	12.205	-
	-	<u>2.056.759</u>	-	-	<u>1.579.920</u>	-

c. Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e taxas de juros, conforme demonstrado a seguir.

Considerando que a manutenção da exposição cambial e da taxa de juros existente em 31 de dezembro de 2019 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de operação, para quatro cenários distintos, seria:

Análise de sensibilidade – variação das taxas de câmbio

	<u>US\$/R\$</u>	
	<u>Ptax Compra</u>	<u>Ptax Venda</u>
Taxas em 31/12/2019	4,0301	4,0307
Cenário 1: Deterioração de 25% do Real	3,0226	3,0230
Cenário 2: Deterioração de 50% do Real	2,0151	2,0154
Cenário 3: Apreciação de 25% do Real	5,0376	5,0384
Cenário 4: Apreciação de 50% do Real	6,0452	6,0461

			<u>Ganho/(Perda) em milhares de reais - 2019</u>			
<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Exposição (Saldo Contábil)</u>	<u>Cenário 1</u>	<u>Cenário 2</u>	<u>Cenário 3</u>	<u>Cenário 4</u>
Contas a receber de cliente	Queda do Dólar	627	(157)	(314)	157	314
Empréstimos e financiamentos	Alta do Dólar	(1.696.661)	424.165	848.331	(424.165)	(848.331)
Posição líquida		(1.697.288)	424.008	848.017	(424.008)	(848.017)

	<u>US\$/R\$</u>	
	<u>Ptax Compra</u>	<u>Ptax Venda</u>
Taxas em 31/12/2018	3,8742	3,8748
Cenário 1: Deterioração de 25% do Real	2,9057	2,9061
Cenário 2: Deterioração de 50% do Real	1,9371	1,9374
Cenário 3: Apreciação de 25% do Real	4,8428	4,8435
Cenário 4: Apreciação de 50% do Real	5,8113	5,8122

Operação	Risco	Exposição (Saldo Contábil)	Ganho/(Perda) em milhares de reais - 2018			
			Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
Contas a receber de cliente	Queda do Dólar	421	(105)	(211)	105	211
Empréstimos e financiamentos	Alta do Dólar	(1.455.911)	363.959	727.956	(363.959)	(727.956)
Posição líquida		(1.455.490)	363.854	727.745	(363.854)	(727.745)

Análise de sensibilidade – variação das taxas de juros

Cenário 1: Deterioração de 25% da taxa CDI

Cenário 2: Deterioração de 50% da taxa CDI

Cenário 3: Apreciação de 25% da taxa CDI

Cenário 4: Apreciação de 50% da taxa CDI

Operação	Risco	Indexador	Taxa no período	Exposição (Saldo Contábil)	Ganho/(Perda) em milhares de reais - 2019			
					Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
Aplicações financeiras	Queda do CDI	CDI	4,40%	53.362	(587)	(1.174)	587	1.174
Posição líquida				53.362	587	1.174	587	1.174

Operação	Risco	Indexador	Taxa no período	Exposição (Saldo Contábil)	Ganho/(Perda) em milhares de reais - 2018			
					Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
Aplicações financeiras	Queda do CDI	CDI	6,40%	456.075	(7.297)	(14.594)	7.297	14.594
Posição líquida				456.075	(7.297)	(14.594)	7.297	14.594

28 Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco cambial
- Risco operacional.

Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas financeiras se um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro não cumprir suas obrigações contratuais.

Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

A Companhia é exposta ao risco de crédito uma vez que parte significativa das receitas de vendas é derivada de cinco clientes que representam aproximadamente 89% de sua receita líquida de vendas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a receita líquida de vendas da Companhia para estes clientes foi de R\$ 504.532. A Administração não identificou mudança na qualidade do crédito a estes clientes e suas operações dependem da manutenção das vendas para estes clientes.

A política de avaliação da provisão de perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros está demonstrada na nota explicativa nº 7.

A Administração não espera nenhuma perda decorrente dessas contrapartes superior ao valor provisionado.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

A Companhia detinha “caixa e equivalentes de caixa” e “aplicações financeiras” de R\$ 22.122 e R\$ 38.121, respectivamente em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 59.539 e R\$ 396.536 em 2018). Esses saldos são mantidos com instituição financeira classificadas como estável, ou acima, conforme escala da Agência Moody’s.

Risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Financeira da Companhia, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e pela manutenção de relacionamento próximo com instituições financeiras, com frequente divulgação de informações para suportar decisões de crédito quando da necessidade de recursos externos.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros da Companhia e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais

próxima em que a Companhia deve quitar as obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas taxas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Total
Fornecedores	74.439	-	-	74.439
Empréstimos e recebíveis	111.520	2.010.554	-	2.122.074

Risco cambial

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros.

As políticas de Administração de risco da Companhia foram estabelecidas pelo Grupo a fim de identificar e analisar riscos enfrentados pela Companhia, para estabelecer apropriados limites de riscos e controles e monitorar riscos e aderência aos limites. Políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A Administração da Companhia monitora os fatores de risco mediante acompanhamento das tendências de mercado e revisões periódicas dos ativos e de seu endividamento.

Um resumo da exposição a risco cambial da Companhia, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

31 de dezembro de 2019	Saldo Contábil (R\$)	USD	EUR
Contas a receber de clientes	627	156	138
Empréstimos e financiamentos	<u>(1.696.661)</u>	<u>(420.935)</u>	<u>(374.498)</u>
Exposição líquida no balanço	<u><u>(1.696.034)</u></u>	<u><u>(420.779)</u></u>	<u><u>(374.359)</u></u>
31 de dezembro de 2018	Saldo Contábil (R\$)	USD	EUR
Contas a receber de clientes	421	109	95
Empréstimos e financiamentos	<u>(1.455.911)</u>	<u>(375.738)</u>	<u>(327.982)</u>
Exposição líquida no balanço	<u><u>(1.455.490)</u></u>	<u><u>(375.630)</u></u>	<u><u>(327.887)</u></u>

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custo.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e a implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração da Companhia.

29 Cobertura de seguros

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas estimadas suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo imobilizado e dos estoques. É política a Companhia manter cobertura de seguros para ativos sujeitos a riscos, em montantes julgados pela Administração suficientes para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza das atividades e a orientação de riscos feita por consultores especializados. Os seguros têm vigência até outubro de 2020. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a cobertura de seguros está assim demonstrada:

Cobertura	2019	2018
Incêndio, raios e explosões	556.001	26.250
Veículos frota - colisão, incêndio, roubo e furto	3.453	2.821
Veículos frota - danos materiais	51.594	29.500
Veículos frota - danos corporais	59.320	23.060
Riscos operacionais	47.792	353.009
Responsabilidade civil profissional	20.000	50.518
Responsabilidade civil geral	93.500	43.000
Risco de engenharia	539.918	622.513

30 Eventos subsequentes

a. Aumentos de capital

Em 9 de janeiro de 2020, o acionista Ascenty Participações S.A. fez uma aporte para aumento de capital no valor de R\$ R\$ 97.262, esse montante foi totalmente integralizado pela Companhia em 4 de fevereiro de 2010.

Em 4 de fevereiro de 2020 a Companhia integralizou o aporte de capital no valor de R\$24.651 efetuado pelo acionista Ascenty Participações S.A. em 13 de dezembro de 2019, conforme mencionado na nota 21.

b. Captação de novos empréstimos

Em 27 de fevereiro de 2020, a Companhia captou o montante de US\$ 50.000.000 (equivalente a R\$ 221.250) de empréstimo, para o qual as cláusulas restritivas (*covenants*) continuam as mesmas, conforme mencionado na nota 16.

c. Outros eventos

No dia 4 de fevereiro de 2020, a Companhia adquiriu pelo valor de R\$ 25.188 um terreno na cidade de Sumaré/SP que poderá ser usado para possíveis expansões.

d. COVID-19

No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o coronavírus (COVID-19) como pandemia. Desde então, o vírus vem se alastrando rapidamente ao redor do mundo incluindo Brasil.

A partir de então a Companhia criou um comitê extraordinário que diariamente se reúne, através de videoconferência, para monitorar e tomar medidas mitigatórias em toda operação e manter a segurança de seus colaboradores, clientes e fornecedores.

A Companhia adotou uma regime de *home office* para as atividades administrativas e de suporte, e trabalha com o *staff* mínimo para garantir o funcionamento integral dos *Data Centers* e de toda operação, que continuam funcionando normalmente.

Os impactos advindos do coronavírus nas operações e relatórios financeiros da Companhia não podem ser determinados no momento.

* * *

Christopher Paul Torto
Presidente

Gislene do Amaral Ribeiro
Contadora CRC 1SP-282110/O-0